



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 62

III Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 18 de Dezembro de 1998

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10.20 horas.

No **Período da Ordem do Dia** procedeu-se ao encerramento do debate sobre as propostas de Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento.

Deste modo proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

A Proposta de Resolução sobre o Plano a Médio Prazo foi rejeitada por maioria.

A Proposta de Resolução sobre o Plano para 1999 foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria.

Quanto à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o orçamento para o ano de 1999, a mesma foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Finalmente, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Resolução que declara findo o Período Legislativo de Dezembro.

(Os trabalhos terminaram às 14.25 horas)

Presidente: Bom dia. Sras. e Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os seus lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 10,20 horas)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Carlos Alberto da Costa **Fraga**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José **Élio Valadão** Ventura

José Humberto de Medeiros **Chaves**

José do Nascimento **Ávila**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Alberto Romão Madruga da Costa

Ana Carolina Gomes da Silva

António Manuel Silva Almeida

António Manuel Goulart Lemos de Meneses

Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Berta Maria Correia de Almeida Melo Cabral

Duarte Nuno de Ávila Martins de Freitas

Eugénio Manuel Pereira Leal

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de Melo

João Manuel Bettencourt Cunha

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

José Ramos Aguiar

José Francisco Salvador Fernandes

Jorge Manuel Leão Themudo Valadão dos Santos

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

José Maria Bairos

Manuel Teixeira Brasil

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Sidónio Manuel Moniz Bettencourt

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

João Maria Fraga Greves

Mário Jorge da Câmara Simões Moura

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à nossa ordem de trabalhos com o encerramento do debate sobre o Plano a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 1999.

Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao abrigo das disposições regimentais, solicito um pequeno intervalo, na medida em que o Governo está ausente nesta primeira sessão e por princípio político não iria intervir nestas condições. Solicito um quarto de hora de intervalo.

Presidente: É regimental a concessão do intervalo, por isso estão suspensos os trabalhos por quinze minutos.

(Pausa)

Deputado Paulo Valadão (PCP): Em virtude do Governo já se encontrar na Sala, podemos iniciar os nossos trabalhos. A minha posição era apenas uma posição política pelo facto de ter sido convidado a usar da tribuna, numa matéria destas, na ausência do Governo.

Presidente: Com esse entendimento penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão pode usar da palavra para a sua intervenção final.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento e Plano para 99 estão prestes a ser votados e tendo em conta as declarações proferidas durante os debates serão viabilizados, possibilitando ao Governo Regional a realização no essencial da política que propõe. Passámos sucessivamente de um arrastado ambiente de crise política, para uma pré-declarada

mini crise institucional, para virmos hoje, chegar, tudo o indica, a uma situação, de viabilização voluntária da actuação de um Governo minoritário. Esta última situação é aquela que, na visão do PCP/Açores, melhor corresponde ao sentir político actual dos açorianos e às necessidades objectivas determinadas pela realidade.

Em 1996 a vontade de mudança foi expressivamente manifestada, depois de vários e longos anos em que o descontentamento se foi transformando em força de mudança. A alteração da titularidade do poder regional deu-se em função da transformação em votos dessa vontade de mudança. Não somos apoiantes políticos do actual Governo Regional e por isso mesmo temos discordado abertamente de algumas medidas e de actuações diversas e temos sublinhado diversas omissões, algumas delas sérias. Não somos também, todos o sabem, apoiantes políticos daqueles que por saudosismo social e saudade política e pessoal ameaçaram, neste ano de 1998, com uma Moção de Censura ao Governo. Pensamos clara e rigorosamente, que aqueles que foram afastados do poder pela força dos votos só devem voltar a exercer o poder, ou directamente por decisão eleitoral, ou em caso de crise profunda se tiverem o apoio de um conjunto de partidos que represente claramente a maioria dos votos, não se podendo, neste caso esquecer, que, dadas as distorções do sistema eleitoral, nem sempre a maioria de mandatos representa a maioria de votos. Como todos sabemos a Região Autónoma dos Açores apesar de ter problemas não vive numa situação de crise económica e social e as discordâncias políticas que existem prendem-se em geral, com opções, com estilos, com medidas e com outros factores tais como o já aludido saudosismo.

Os principais problemas objectivos com que a Região se defronta são, no entretanto, aqueles que resultam de opções desadequadas, da inexistência, por muitos anos, de medidas específicas, da falta de sensibilidade para certos problemas sociais e para a enorme dificuldade que sempre houve em perceber-se que a nossa localização, dimensão e insularidade, implica, actuações e atitudes bem particularizadas.

A somar a esses problemas que, no essencial, se traduzem em carência de perspectivas claras para o nosso futuro colectivo, há que referir toda a gama de problemas humanos e materiais criados pelas calamidades naturais dos últimos 3 anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Por ter esta visão das coisas o PCP/Açores declarou em Setembro que não apoiaria a Moção de Censura que a liderança do PSD/Açores chegou a admitir e que, no caso de ela existir e ser aprovada, indicaria o PS para formar novo Governo, quando constitucionalmente consultado, .

Discordar de muitas atitudes do Governo é uma posição que frequentemente assumimos; colaborar para que aqueles que deram más provas durante 20 anos voltem ao Governo sem recurso a eleições é uma posição que em princípio nunca assumiríamos.

Note-se aliás que a crise político-institucional que foi desenvolvida por iniciativa conjunta das direcções do PP e do PSD e com atitudes de algum incitamento do próprio Governo, se desenvolveu, no essencial, depois da crise sísmica de Julho de 98, ter coroadado dramática e violentamente a sucessão de calamidades de 96 e 97.

Dizer isto é o mesmo que dizer que não houve a sensibilidade e o bom senso suficientes para dar total e absoluta prioridade concertada à resolução desses problemas.

Por esta razão consideramos de fundo as querelas entre dirigentes políticos que ocuparam as instituições regionais durante cerca de 3 meses nunca foram verdadeiramente compreendidas pela generalidade dos açorianos.

Nós estamos numa Região que tem o seu processo de desenvolvimento debilitado por força das catástrofes dos últimos anos.

Nós estamos numa Região que, por isso, se tem que recuperar nos próximos anos.

Para o PCP/Açores esta situação é totalmente clara desde Julho, quando propusemos a viabilização dos Orçamentos para 99 e 2000, desde que eles dessem prioridade às calamidades

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quer esta posição dizer que não estamos preocupados com mais nada, a não ser as calamidades?

Não é verdade.

Estamos preocupados, de facto, com uma certa incapacidade que notamos em serem feitas novas e melhores opções em sectores sociais e económicos fundamentais e com

a persistente falta de perspectivas de futuro que atinge os principais sectores económicos.

Estamos preocupados com certos sinais, como é o caso do cabo de fibra óptica, de se pretenderem impor ritmos de desenvolvimento não harmónicos.

Estamos preocupados com outros sinais que mostram haver uma tendência de serem seguidos estilos e métodos de trabalho antigos, alguns dos quais contribuíram poderosamente para gerar o descontentamento que condenou o PSD.

Estamos preocupados com a persistência em manterem-se posições contrárias ou limitadas em relação a um dos principais problemas regionais, que é o que se liga à justiça remuneratória, que não existe e é essencial que exista.

Estamos preocupados, mas estamos e estaremos actuaentes lutando para que se consigam verdadeiras mudanças políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mas será que nestes dois anos nada mudou?

Mandam o rigor e a verdade que se diga que houve algo que mudou e que tem no essencial a ver com alterações de enquadramento.

Depois de 10 anos a asfixia financeira imposta pelo Governo do 1º Ministro Cavaco Silva, a situação finalmente mudou, com a entrada em funções do Governo da República presidido pelo Engº. António Guterres e com o facto do PSD ter perdido a maioria absoluta na Assembleia da República.

Hoje há uma Lei de Finanças Regionais, que ao mesmo tempo é Lei de Bases de adaptação do Sistema Fiscal; foi introduzida no Tratado da União Europeia uma norma favorável à ultraperiféricidade; foi iniciado o processo de redução de tarifas no transporte aéreo.

Pode concluir-se que os Órgãos de Soberania Assembleia da República e Governo estão, nesta Legislatura, a cumprir melhor as suas obrigações constitucionais para com as Regiões Autónomas.

Gostaríamos de frisar e sublinhar que estas medidas correspondem a verdadeiras reivindicações açorianas que, sendo entendidas, deram mais sentido à Autonomia e criaram, naturalmente, um quadro mais favorável e por isso também mais exigente, ao exercício do poder regional.

Algumas destas mudanças estiveram bem presentes nestes debates, o que em si mesmo é positivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PCP/Açores lutou pela viabilização do Orçamento e do Plano.

Na expectativa de que as propostas de alteração não modifiquem para pior a sua estrutura, especialmente, no que respeita aos 25% de verbas do Plano para as calamidades, vamos votar, na generalidade, a favor do Plano.

Na expectativa de que as propostas de alteração possam garantir que em 1999 existam medidas sérias de compensação pelos custos da insularidade vamos votar na generalidade, a favor do Orçamento.

Quanto ao Plano de Médio Prazo, por ter deixado de ser, a meio da legislatura, uma peça essencial, vamo-nos abster.

No que respeita às questões da insularidade apresentaremos propostas de alteração.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro(PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao longo deste debate o Grupo Parlamentar do PP teve a oportunidade de manifestar as suas principais discordâncias, bem como as dúvidas que os documentos em apreciação nos suscitam.

Temos consciência de que fundamentamos as nossas posições, quer no que respeita à análise global dos documentos, quer no que envolveu apreciações sobre projectos, medidas e acções que não se apresentam adequadas à nossa realidade ou, ainda pior, nem foram objecto de qualquer contemplação por parte do Governo Regional.

Os documentos não correspondem às expectativas criadas e apresentam-se pouco inovadores, ao contrário da mudança que se aguardava em muitas orientações globais e sectoriais e, sobretudo, nas práticas políticas.

Na perspectiva orçamental, este primeiro ano de aplicação plena da Lei das Finanças Regionais gerou um enorme desapontamento.

Um dos aspectos mais importantes da articulação entre o Orçamento do Estado e o Orçamento da Região, falhou redondamente.

Em resultado disso o Governo Regional trouxe o seu Orçamento a esta Assembleia com uma lacuna de 10 milhões de contos no seu financiamento.

Constatou-se pois uma profunda divergência do Governo da República em relação à política orçamental do Governo Regional, o que traduziu simultaneamente uma preocupante quebra de solidariedade para com a Autonomia Regional.

A verdade é que esta imprevista atitude do Governo de António Guterres veio criar imensas dificuldades técnicas e políticas ao Governo Regional de Carlos César, que mesmo durante este período de discussão do orçamento não foi capaz de apresentar formalmente as alternativas do financiamento de que carece.

O PP espera que ao menos até à hora da votação o Governo consiga disfarçar o desequilíbrio orçamental.

Aliás, a apreciação deste Orçamento ficou, quer queiramos, quer não, caracterizada por esta anomalia.

Outra conclusão negativa tem a ver com o facto de uma das principais causas do déficit Orçamental da Região se situar no financiamento da reconstrução nas ilhas do Faial e do Pico e o Governo da República não ter cumprido com a obrigação legal de adequadamente o Estado apoiar as situações imprevistas resultantes de catástrofes naturais.

Da mesma forma se concluiu que o Governo da República não cumpriu de forma satisfatória com o imperativo legal de, no âmbito da solidariedade nacional, co-financiar os projectos de interesse comum levados a cabo na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao nível dos principais agregados do Orçamento, este Governo não consegue conter os gastos correntes da Administração, conforme se havia comprometido no Programa do VII Governo, já que se propõe crescer a uma média superior a 8% ao ano, se excluirmos os encargos com a dívida.

Trata-se de um nível de gastos demasiado.

Trata-se de um crescimento in comportável, que não traduz nenhuma mudança de política na contenção da despesa pública não reprodutiva.

Esta Política Orçamental é contrária a qualquer racionalização da Administração Regional e viola o objectivo do Programa do Governo Regional, que visava diminuir o peso do Estado na economia.

Neste domínio Sr. Presidente, estamos perante uma mera evolução na continuidade que, em muitos casos, se desenvolve no pior sentido.

Como grande inovação que marca positivamente este Orçamento, é o facto de, na sua vigência, durante 1999, a redução dos impostos proposta pelo PSD e pelo PP vir a beneficiar as famílias açorianas em mais de 3 milhões de contos.

É um justo prémio, para compensar os custos da insularidade, para todos aqueles que trabalham nestas Ilhas.

Pena é que o Governo não tivesse incluído, desde o início, neste Orçamento, como o havia prometido, uma justa compensação dos custos da insularidade a todos aqueles que possuem rendimentos mais baixos e que, como tal, não pagam impostos ou apenas o fazem simbolicamente.

Aguardamos até à votação na especialidade que o Governo se decida sobre esta importante compensação financeira às famílias de menores rendimentos.

Uma matéria existe Sr. Presidente que nos deixou com um misto de satisfação e amargura: diz respeito à redução do tarifário nas ligações aéreas inter-ilhas.

Já tínhamos manifestado a nossa satisfação pelo facto de o Governo da República, através de concurso público, ter conseguido reduzir o tarifário entre os Açores e Lisboa, num valor apreciável. Cabia agora ao Governo Regional garantir que as tarifas internas da SATA acompanhassem aquela descida.

Felizmente desceram, infelizmente menos do que o necessário e possível, se as prioridades fossem outras e as mais adequadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sobre o Plano a Médio Prazo, sinceramente estranhámos que o Governo insista num documento ultrapassado no tempo, que visa, na prática, apenas antecipar a programação do ano 2000, e como tal, nada tem de Médio Prazo.

Infelizmente, quando a proposta do PMP 97-2000 foi submetida a apreciação, em tempo útil, nesta Assembleia, não continha um quadro financeiro de referência minimamente fundamentado, apresentando-se, na altura, já lá vão dois anos, como mero exercício académico. Por isso foi reprovado.

Entretanto tiveram lugar os Planos anuais de 1997, 1998 e agora de 1999.

De resto, curiosamente, ao longo do presente debate, praticamente, nem o Parlamento se referiu ao PMP 97-2000, agora apresentado.

Por isso é natural que a Assembleia Legislativa rejeite agora um documento que está ultrapassado no tempo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional, porque tem o dever de executar as leis saídas desta Assembleia, vai adaptar o Orçamento à justa diminuição de impostos que a oposição, por proposta do PSD e do CDS/PP, aqui votou.

Este Governo terá de recuperar rapidamente o que deixou por fazer em 1997 e 1998 e não pode deixar de cumprir o que agora prometeu.

Como durante estes três dias demonstramos, não faltavam razões para votarmos contra este Orçamento e contra este Plano.

Mas vamos, com a nossa abstenção, contribuir para que ele passe, na perspectiva, hoje como no passado, de que o Governo, qualquer que ele seja, deve ter os instrumentos essenciais para governar.

O Governo fica com o Plano que escolheu e com o Orçamento que propôs. Acabam hoje as esfarrapadas desculpas socialistas!

O Governo vai ter Plano e Orçamento da maneira que quer. Para o executar tem um Governo com a organização que definiu e com as pessoas que escolheu.

Por tudo isto não terá desculpas, quando responder perante esta Assembleia e perante o povo dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito Bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD encerra este debate com a consciência do dever cumprido.

Falamos dos reais problemas dos açorianos porque é ao lado do povo e pelos Açores que fazemos política.

Neste debate, o governo ignorou críticas certas, não respondeu a dúvidas pertinentes, nem clarificou problemas levantados oportunamente pela oposição.

Muitas vezes refugiou-se no silêncio perante a crítica justa, limitou-se a intervir quando lhe convinha para disfarçar o indisfarçável, ou para afirmar o óbvio.

Muitas vezes assistimos à leitura, transcrição e repetição exaustiva das acções enumeradas e dos números imprimidos no Plano. Exercício perfeitamente inútil, uma vez que todos nós possuímos o documento em causa.

Cada Deputado do PSD está profundamente integrado na sociedade e é portador dos legítimos anseios da sua população.

Não há monopólios de representação popular, muito menos num quadro político de governação minoritária.

De acordo com os últimos resultados eleitorais, o PSD tem enormes responsabilidades políticas que soube merecer com firmeza e credibilidade neste debate. Somos alternativa na exacta medida em que somos diferentes do PS e discordamos da estratégia do governo.

Temos a obrigação democrática de sermos porta-voz dos insatisfeitos, dos que não sentem os benefícios da actuação governativa nas suas vidas ou dos que acham que ela é insuficiente.

Temos a obrigação democrática de avivar a memória das promessas face à precaridade das obras, das opções e das respostas aos casos concretos.

Temos a obrigação democrática de criticar o governo pelo que não faz ou faz mal, de exigir aqui em nome do povo o que o povo quer e deseja do governo.

O PSD não inventou nenhuma das críticas que aqui fez, existem e sentem-se na sociedade açoriana, nas nove ilhas dos Açores e nos diferentes sectores de actividade.

Não artificializamos o discurso num exercício retórico com mera preocupação partidária.

Nos Açores não existe o governo dos Açorianos e os partidos da oposição como se de marginais se tratassem.

Esta secundarização do parlamento ao governo, dos partidos ao executivo e até da sociedade civil à máquina administrativa tem a nossa firme oposição.

É por isso que a luta política envolve um desafio cultural contra a vontade de reduzir os desafios colectivos às tentações tácticas e conjunturais do governo.

Cumprimos, neste debate o desígnio de pluralidade democrática que nos permite avaliar o que pensam e o que querem os Açorianos para o seu futuro.

Mais um plano e orçamento, menos um ano na nossa vida colectiva.

Estes documentos estratégicos impõem o balanço do ano que passa e estimulam a crítica ao planeado para o ano que vem.

O governo não cumpriu, injustificadamente, uma boa parte das promessas que fez para 1998.

Não dizemos que o governo não fez nada.

Qualquer governo toma medidas e realiza obras e mesmo que estejam longe das promessas é mesmo desejável que faça "coisas boas".

Vem dos critérios rigorosos e aceites por todos para ajuizar um governo é julgá-lo à medida das suas próprias ambições.

É por isso que o governo do PS chumba no exame e, a avaliar pelo Plano e Orçamento para 1999, não promete passar nos próximos.

Para tentar desculpar-se, a chamada "Nova Autonomia" tem um complexo político e uma obsessão permanente de vingar-se retroactivamente dos antigos governos do PSD.

À contestação de uns e à insatisfação de outros, este governo responde com um passado que já vai longe, que já foi julgado, criticado e elogiado a seu tempo.

Quando é que esta "Nova Autonomia" se liberta e prova que é mesmo nova e não precisa de olhar para trás para justificar erros?

Quando é que deixa de ver no passado o começo de todos os males e no presente o início de todas as virtudes?

Não será que afinal muito do que este governo fez de bom foi precisamente a continuação deste passado - obras que já estavam projectadas, outras já adjudicadas e outras ainda já iniciadas.

Os resquícios de tantos anos de oposição ainda não conseguiram fazer do PS um verdadeiro protagonista do futuro, o que é - agora que são poder - verdadeiramente inacreditável e revelador de uma fragilidade insuperável.

Com esta mania de ser oposição ao passado talvez o PS não queira destreinar-se de ser oposição como medida cautelar para o futuro.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É preferível que o governo se preocupe com o passado que já tem e que fez de alguns aspectos do Plano para 1998 mais um panfleto eleitoral do que uma lista de obras feitas.

Cumpridas algumas, o governo apresenta-se, depois de revelar-se à vontade em quebrar promessas e justificar omissões, com um Plano e Orçamento dito ambicioso, talhado para servir de arma de combate a uma crise que ontem já só existia no discurso do PS e que hoje, ao que se viu, já não existe de todo.

Este Plano e Orçamento foi definido para justificar a permanência do governo no governo e, por ironia do destino, é capaz de atrapalhar o governo no futuro.

Porque os recursos financeiros estão inflacionados, nomeadamente os dos fundos comunitários; porque se aumenta a escalada de promessas e se alargam os compromissos.

As expectativas estão criadas e todos, os açorianos e, em nome deles, o PSD, estarão vigilantes.

Aplicar-se-á então a frase de Kundera - " a luta do Homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O tempo que trará a verdade é um real adversário dos que nos governam das cadeiras do executivo.

O Plano e Orçamento para 1999 entraram no parlamento suspensos por um pedido de autorização de endividamento de 15,4 milhões de contos que foi negado pelo Governo da República.

Descontadas as operações de "engenharia financeira", contabilizado o montante de endividamento autorizado, o resto ficou por conta da solidariedade nacional futura, já que a recente não resultou.

O Governo da República tem de dar, só pode dar resposta afirmativa aos 5,4 milhões de contos que fazem hoje o "buraco orçamental" do documento em análise.

Nós e os açorianos estamos apenas à espera, porque o contrário é que seria de admirar uma vez que o governo manteve as suas propostas intactas no que respeita a tais recursos financeiros.

Fica o nosso comentário antecipado para quando o Governo da República, resolver o problema com a "pompa e circunstância" habituais - estará apenas a tapar um buraco que ensombrou o debate sobre o orçamento para 1999.

Este Orçamento é hoje virtual em 5,4 milhões de contos e pouco virtuoso em muito mais do que isso.

A razão do buraco orçamental é a solidariedade nacional.

O remédio é a solidariedade nacional.

Mas a correcção de um erro por parte de quem o cometeu será, neste mundo de propaganda política do socialismo, apresentado como um grande momento político.

Mas o ajustamento orçamental resultante da adaptação fiscal, medida de grande alcance do PSD e do PP, esse não, esse é um exercício penoso para o PS e esperemos que até ao fim do debate que não seja um exercício demagógico.

Se há regra de ouro do governo e do PS é que só gostam do que fazem e nada do que a oposição faz é bem feito.

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quando o PSD e o PP fazem com que os açorianos paguem menos impostos, o Governo e o PS não ficam satisfeitos.

Quando toda a oposição melhora significativamente as soluções para a reconstrução, o governo e o PS ficam incomodados.

É assim e assim será sempre.

Não é o PSD que só sabe criticar, é o Governo que não quer que o PSD tome medidas boas para os açorianos.

Mas nós seguiremos o nosso caminho - tudo o que for bom para os açorianos será proposto e aprovado neste parlamento, mesmo que o governo não queira, mesmo que o PS não goste.

Como oposição responsável saberemos sempre respeitar o espaço de actuação do governo, não obstruindo a actividade governativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PSD garante a estabilidade política nos Açores, mesmo contra as investidas destabilizadoras que o governo e o PS já fizeram ou venham a fazer.

A estabilidade é o melhor para os açorianos, mesmo que o Governo se dê melhor nos meandros de uma qualquer crise política.

Acabaram-se as desculpas, se alguma vez as tiveram.

A vitimização quando é falsa é o refúgio dos fracos.

O governo terá o Plano e Orçamento que deseja porque estes documentos estratégicos são parte essencial de uma actividade governativa coerente.

Já foi assim o ano passado com o Plano e Orçamento para 1998.

A abstenção do PSD não resulta do medo de eleições, nem do facto de não haver qualquer moção de censura.

Já em 1997 o governo, sem se levantar qualquer hipótese de ser censurado, teve o Plano e Orçamento que desejou para 1998 e pouco tempo depois, por acaso, até houve eleições autárquicas que, sem ser por acaso, o PSD venceu claramente.

Ficou provado que a nossa abstenção não é um sucedâneo estratégico nem um receio eleitoral.

O PSD não se revê na estratégia de desenvolvimento que o governo sugere para os Açores, nem faz fé neste governo para a concretizar.

A nossa abstenção não corresponde a um juízo qualitativo sobre o Plano e Orçamento, mas a um objectivo de estabilidade que o PSD sempre sublinhou como imprescindível, estivesse no governo ou na oposição.

O voto contra do PSD e do PP seria um manancial de desculpas para um governo que já se desculpa mesmo sem razões para tal.

O voto contra do PSD e do PP prejudicaria os Açorianos porque limitaria a acção do governo que deve ser julgado por aquilo que faz ou não faz e não por aquilo que não fez porque não o deixaram fazer.

O voto contra do PSD e do PP podia mergulhar os Açores numa crise política que não desejamos nem o povo pretende.

Por nós o Governo não terá razões para apresentar qualquer moção de confiança.

Se o vier a fazer é porque sabe que será convidado novamente a formar governo e não porque não está agarrado ao poder.

Com condições para governar, a apresentação de uma moção de confiança significa que o Governo e o PS preferem a instabilidade à estabilidade.

Com condições para governar a apresentação de uma moção de confiança não será mais do que a tentativa de ajustar o calendário eleitoral aos interesses partidários.

Estabilidade significa o governo ter o seu Plano e Orçamento.

Estabilidade significa ter o governo a governar e o parlamento a cumprir a sua missão legislativa e fiscalizadora da acção governativa.

A estabilidade responsabiliza o governo minoritário e estimula a oposição parlamentar maioritária.

Uma boa oposição pode ajudar um mau governo.

É o que faremos até que o povo nos julgue!

Deputado Jorge Valadão (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e dos Deputados Alvarino Pinheiro e João Greves).

Presidente: Para proferir a sua intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo

Chegados ao final dos debates sobre o PMP e sobre o Plano e Orçamento para 1999, compete-me, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fazer aquilo a que a “praxe” parlamentar designou como intervenção de encerramento ou intervenção final.

E embora não seja esta a primeira vez que o faço, quer como deputado da oposição, quer enquanto representante do partido que apoia o Governo Regional, a verdade é que desta vez, e pela primeira vez, senti acrescidas dificuldades.

Na verdade, se uma intervenção desta natureza deveria ter supostamente características de síntese final de um debate, desta vez, tal não pode acontecer plenamente, apesar de todas as notas que fui rabiscando ao longo destes dias.

Não fora a excelente prestação dos membros do Governo e o rigor colocado pelos deputados do PS nas suas intervenções, e este debate ter-se-ia arrastado penosamente, sem chama e sem interesse, impossibilitando totalmente uma intervenção final que procurasse acolher o essencial das ideias e propostas, suscitadas neste Parlamento.

Com efeito, depois de tanto alarido, as declarações dos dirigentes da suposta AD, antes do início desta sessão legislativa, afirmando que afinal viabilizariam os documentos em apreciação, “ transformaram tudo isto, quase num acto de cumprimento de “calendário” como se diria em gíria desportiva.

Assim sendo, foi evidente a desmotivação dos deputados do PP/PSD, prisioneiros de um acordo sem contornos definidos e sem políticas concertadas, assente apenas numa estratégia de tomada de poder, que o tempo e os factos condenaram ao fracasso.

Assistiu-se assim, por parte do PP/PSD a um conjunto de intervenções quase exclusivamente de ilha e de reivindicações bairristas em tom de lamúria e resignação.

Intervenções sectoriais, perspectivas e estratégias de desenvolvimento, quase nada...

Comprendemos...

Depois de tantas intenções de derrube do Governo, de tantas ameaças de moções, umas vezes de censura, outras nem tanto, depois de tanta “crise política”, o PP e o PSD ficaram a pregar no deserto, sem projecto próprio, num confrangedor pântano de águas turvas.

Percorrer os escritos da imprensa, publicados nos últimos meses, constitui para quem gosta destes temas, um salutar e hilariante exercício de leitura.

Podíamos em determinada altura ler que até já havia Governo, já havia programa de Governo enfim, já estava tudo pronto. Ficaram-se pelo nada!

É realmente penoso constatar como o PP arrastou o PSD para o beco sem saída onde se encontra agora, sem honra e sem glória, obrigado a fazer, em última instância de recurso, a mesquinha e pequena “ coisa “, que foi substituir por outro, o Presidente desta Assembleia, sem razão e sem fundamento.

Triste figura para quem pretendia tomar o poder de assalto, à margem da legitimidade democrática e da vontade de um povo, que em 1996 disse não ao PSD e sim à Nova Autonomia.

E assim, de recuo em recuo, a dita “crise“, tal como começou, acabou subitamente, perante a possibilidade de eleições Regionais antecipadas que a muitos metia medo.

A viabilização deste Plano e Orçamento por parte do PP/PSD é afinal o último acto desta peça de teatro trágico-cómico, cujos protagonistas, quando cair o pano, só poderão receber do público e dos açorianos uma sapateada monumental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente aos documentos em apreço, é necessário registar antes de mais que o PSD declarou há vários meses que os iria inviabilizar, mesmo sem os conhecer, recusando-se o PP e o PSD a dialogar com o Governo sobre essa matéria, alegando que tais conversações não se justificavam, porque havia uma “ crise “.

Esta é a verdadeira face da arrogância de que tanto falam aqueles partidos.

E por falar em arrogância, que dizer de quem se acha dono da razão perante os seus desaires políticos e culpa tudo e todos, desde o Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da República, Presidente do Governo Regional, etc, etc, etc.

E por falar em arrogância, que dizer de quem pretende que o poder legislativo exerça funções executivas, subvertendo o princípio da divisão de poderes.

Que dizer de quem, irresponsavelmente, aprova diplomas que diminuem as receitas para além do desejável e elevam as despesas para além do aceitável.

No mínimo o que se pode dizer é que esta oposição é imprudente e insensata como “à contrário” afirmou o vosso amigo e Ex-Ministro das Finanças, Dr. Miguel Beleza em recentes declarações à imprensa quando afirmou, cito, “era mais sensata a proposta do Governo” e acrescentava, “numa altura em que é preciso um esforço particular, não me parece positivo que os próprios açorianos dêem a ideia de que não estão dispostos também eles próprios a algum esforço” fim de citação.

Mas Srs. deputados do PP/PSD, a nossa paciência é enorme e aqui estamos mais uma vez, serenamente a apresentar documentos da maior importância para o nosso dia a dia e para o nosso próximo futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como foi já aqui afirmado o PMP, de novo apresentado, é um documento realista e coerente com a realidade da nossa economia, alcançando um volume total de investimento no quadriénio, superior a 180 milhões de contos que é, inquestionavelmente, o maior de sempre na Região.

Saliente-se por outro lado um Orçamento para 1999 que atinge um valor global de 130 milhões de contos dos quais 76,65 milhões de conto para despesas de funcionamento e 53,35 milhões de conto para despesas do Plano 99.

Estamos perante um orçamento de contenção e rigor no que se refere às despesas de funcionamento, e de expansão, no que respeita aos investimentos, potenciando o desenvolvimento da nossa Região nos seus diversos sectores, tendo em vista a dinamização do investimento privado e o fortalecimento das estruturas empresariais, o combate à pobreza e à exclusão social e a normalização da vida daqueles milhares de açorianos que foram vítimas de tantas calamidades.

No respeito por anteriores decisões desta Assembleia, o Grupo Parlamentar do PS vai entregar na mesa as propostas de alteração necessárias ao equilíbrio orçamental resultantes fundamentalmente da quebra de receita por via da redução do IRS e IRC nas percentagens que a oposição aprovou, bem como do excesso da despesa, decorrente do diploma sobre apoios ao desporto, igualmente aprovado pelo PP e PSD.

Com a aprovação destes documentos, fica a Região dotada dos instrumentos necessários à governação e dos elementos necessários à estabilidade política geradora da confiança dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em intervenções anteriores e em situação semelhante, convidei a oposição a votar favoravelmente os Planos e Orçamentos partilhando connosco a esperança de uma autonomia nova.

Não farei hoje isso porque os factos políticos que têm vindo a ocorrer, retiraram todo o sentido a essa postura.

Convido-os antes Srs. Deputados e açorianos em geral, em acompanharem-me em alguns exemplos que espelham bem a diferença entre a Velha Autonomia e a Nova Autonomia.

- Na velha Autonomia todos os preços subiam. Agora Baixam.

- Antes, para um açoriano ir das Flores a S.Miguel pagava 32.400\$00. Agora vai pagar 27.000\$00.

- Antes, um açoriano para ir da Horta a Lisboa, pagava 46.381\$00. Agora pagará 31.000\$00 e o estudante que pelo Natal vem a casa ver os pais, pagará 24.000\$00.

- Antes, comprava-se um jornal semanário por 540\$00. Agora paga-se apenas 420\$00.

- Antes não se viajava por todas as ilhas de barco a preços baixos. Agora viaja-se.

- Antes pagavam-se altíssimas taxas portuárias em algumas ilhas. Agora paga-se menos 30%.

- Antes subia a taxa de desemprego. Agora desce cada mês que passa.

- Antes a energia eléctrica subia. Agora já desceu 20% e continuará a descer até ao ano 2000.

- Antes quem se deslocava para acompanhar um doente recebia por dia 1.200\$00. Agora recebe 3.250\$00.

- Antes havia muito trabalho precário na administração pública. Já integrámos mais de um milhar de trabalhadores.

- Antes tínhamos 34 centros de convívio para idosos compreendendo 1.318 pessoas. Em dois anos temos agora 72 centros de convívio abrangendo 3.795 idosos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Podíamos continuar porque a lista é interminável.

Basta dizer que antes vivíamos chorando a nossa insularidade. Hoje fazemos o que temos de fazer!

Credibilizando a Autonomia e a Região Autónoma dos Açores.

Lutando pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo bem estar de todos os açorianos com determinação e com muita paciência.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saúdo o Presidente e todos os membros deste Governo Regional dos Açores pelo que têm feito e pelo que certamente continuarão a fazer.

Srs Deputados este Governo passa em todos os exames e passa com distinção.

Podem contar sempre com a colaboração activa e solidário do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Disse.

Vozes do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aprovação em perspectiva das Propostas de Plano e de Orçamento, que estiveram em discussão nos últimos três dias na Assembleia Legislativa Regional, encerra, simbolicamente, o ano político de 1998 na nossa Região.

Um ano de grandes realizações, que se repercutiram e que se repercutirão com grandes vantagens para a economia e para a sociedade açorianas, mas que, mais uma vez, infelizmente, foi marcado por acontecimentos dolorosos, particularmente a crise sísmica que afectou as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, que nos roubou vidas humanas e que fez ascender os estragos resultantes de calamidades naturais nestes últimos dois anos a mais de sessenta milhões de contos, naquelas e em outras ilhas da Região.

As minhas primeiras palavras, no temo destes debates parlamentares em que se define a política do Governo para o próximo ano, dirigem-se a todos quantos sofreram o desgosto e os prejuízos resultantes dessas catástrofes, deixando uma mensagem justificada de confiança e de muita esperança.

Pareceu muito fácil a destruição que nos assolou, mas é, sem dúvida, muito mais difícil a obra de reabilitação que nos ocupa.

Tenho visto quantas dificuldades, e, por vezes, quantos momentos de impaciência, atingem os que perderam as suas casas, os seus haveres, e, em muitos casos, o

trabalho de uma vida. Compreendo-os, com a mesma sensibilidade que teria se me tivesse acontecido o mesmo. Sei bem quanto desejaríamos que tudo isso fosse imediatamente ultrapassado, o que, naturalmente, não é possível de um momento para o outro. Sei também quanto é importante no futuro que não se cometam erros, o que, possivelmente, não saberemos nem poderemos evitar a todo o instante. Mas agora, que a reconstrução definitiva avançará a outro ritmo, mercê dos meios financeiros que obtivemos para a sua concretização a partir de 1999, e que constituem um quarto do investimento do governo para o próximo ano, não existem razões para desânimos. Existem motivos para todos nos envolvermos nesta tarefa de refazer o futuro.

Garanto, por isso, em nome do Governo a que presido, que, por todos os meios que estarão ao nosso alcance, tudo faremos para ajudar a reconstituir, e inclusivé, melhorar face à situação que anteriormente detinham, as condições de vida de todos os que foram atingidos por estas contrariedades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apesar da mobilização quase permanente das nossas atenções nas acções de emergência e de recuperação que nos foram impostas pelas calamidades naturais, não nos faltou, nunca, a energia e o discernimento para empreendermos, em cumprimento dos compromissos que assumimos perante os açorianos, um conjunto de reformas com inegáveis benefícios e transformações estruturais nos Açores.

Ao tomarmos posse, encontramos uma situação difícil. Em termos globais e no que ela tinha de essencial, poderíamos caracterizá-la por um bloqueio na cooperação com o Governo da República e outros órgãos do Estado, por um quadro empresarial regional descapitalizado e desmoralizado, por uma ambiência de dependência clientelar e atrofiadora em vários domínios, por uma evolução preocupante das finanças públicas, por um investimento social incompatível com a progressão da pobreza e dos fenómenos de exclusão, ao mesmo tempo que se observava uma evolução verdadeiramente alarmante do desemprego, o qual, no período de mandato de quatro anos do anterior Governo, em termos do número de inscritos nos Centros de Emprego, aumentara 255%.

Não nos amedrontamos. Pusemos mãos à obra.

Melhoramos e estabilizamos a situação financeira da Região, definindo uma programação financeira, sustentada na Lei de Finanças Regionais que nós fizemos aprovar, cujo desvio de execução é mesmo inferior à despesa adicional resultante das catástrofes que nos atingiram. A Região recuperou a sua credibilidade perante as instituições financeiras nacionais e internacionais.

Tomamos, coordenadamente, importantes medidas que aliviaram uma parte significativa dos custos das empresas e que melhoraram a sua competitividade, sendo as mais conhecidas as respeitantes à energia eléctrica, aos transportes marítimos e aéreos, à abertura da possibilidade - aliás concretizada - de diminuição da carga fiscal, ao saneamento financeiro ao pagamento atempado de fornecedores, ao reforço dos incentivos e apoios ao sector privado e à reorganização, modernização e expansão do sector transformador "a jusante" da actividade agro-pecuária.

Empenhamo-nos numa política integrada de valorização dos recursos humanos, com um número sem precedentes de açorianos envolvidos em programas de formação e inserção profissional, com a criação de mais de cinco mil postos de trabalho e a diminuição das situações de emprego precário, recuperando processos com anos de atraso no apoio à habitação, com um investimento extraordinário no apoio à infância, às crianças em risco, aos idosos e aos deficientes em todas as ilhas, e na concretização de uma rede regional solidária que articula a acção das instituições públicas com as instituições particulares de solidariedade social e com o voluntariado em geral.

Iniciamos e firmamos uma relação fraterna e cooperativa com o Governo da República, pondo definitivamente termo aos tempos conturbados dos chamados "inimigos exteriores", que, pelo visto, os partidos da AD pretendem agora reeditar com a sua mais recente sanha contra o Presidente da República, o Governo da República e o Ministro da República que acusam de associação anticonstitucional para "protecção" do Governo Regional socialista.

Orgulhamo-nos da solidariedade que temos merecido do Governo da República, com a qual os Açores muito ainda têm a ganhar.

Uma solidariedade indiscutível e activa, que temos revelado saber cativar, que se tem demonstrado em inúmeras frentes, desde as relações correntes entre a administração

central e a regional, à confluência de representação de interesses na União Europeia, à Lei de Finanças Regionais e aos acréscimos de transferências, aos casos dos tarifários energético e do transporte aéreo.

Uma solidariedade que se expressa também nos recursos financeiros excepcionais que têm sido libertados especificamente para acudir às calamidades, tal como aconteceu neste ano de 1998, em que o Governo da República, para além do reforço dos fundos comunitários para os Açores, transferiu para aquele efeito 3,5 milhões de contos provenientes da dotação provisional do Ministério das Finanças, e tal como acontecerá em 1999, com transferências estimadas em 5 milhões de contos, com a mesma proveniência e finalidade - que completam, aliás, as necessidades de financiamento do Orçamento e Plano para o próximo ano - evitando, por via disso, o endividamento que inicialmente tínhamos previsto.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS) : *Muito bem!*

O Orador: Ainda que estas manifestações sucessivas de solidariedade por parte do Governo da República resultem de uma sua obrigação moral indeclinável e da protecção constitucional às dificuldades permanentes que decorrem da nossa condição insular, ultraperiférica e territorialmente descontínua, a verdade é que elas rareavam no passado e não nos têm faltado agora.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Por isso, Sras. e Srs. Deputados por mais que custe aos partidos da AD, os açorianos reconhecem na conduta e na acção do actual Primeiro Ministro a marca de um amigo dos Açores e nas boas relações que incrementamos um valor acrescentado para o desenvolvimento regional. Por isso, estimamos todos que nas próximas eleições para a Assembleia da República, com uma maioria inequívoca, continuemos com um amigo que não queremos perder no mais alto cargo de Primeiro Ministro de Portugal.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A nossa tarefa não tem sido fácil, como já vos disse. Infelizmente, raramente contamos com a colaboração empenhada dos dois maiores partidos da oposição, particularmente neste segundo ano de governo.

Desde o início do ano, primeiro o PSD, depois a Aliança Destrutiva do PP com o PSD - embriagados por uma ambição insensata de poder a qualquer preço - insistiram em trazer para o nosso dia a dia constantes perturbações, denegrindo tudo e todos, inclusivé a imagem dos Açores no exterior, proferindo ameaças contínuas de derrubes do governo e de instabilidade, e chegando ao ponto de depois de, tomados pelo medo de eleições antecipadas, desistirem de as consumir, afirmarem publicamente que fariam a vida negra ao governo e que eles próprios governariam a partir do parlamento.

Agora, sabendo que o Governo não pode aceitar nem aceitará tal situação, anunciam que viabilizarão este Plano e este Orçamento, mas, já vão avisando, como quem não desistiu de espalhar a discórdia e apenas recuou para a trincheira, que ele é mau e que o futuro só a eles pertence.

Sras. e Srs. Deputados do PP e do PSD:

Não posso deixar de vos dizer hoje, de uma forma clara, aquilo que, muito sinceramente, julgo que a maioria dos açorianos lhes diriam se aqui estivessem: "Estamos todos cansados, muito cansados das querelas e das confusões permanentes que os Srs. têm semeado nos Açores. As senhoras e senhores deputados queriam ser governo, depois de terem perdido eleições e sem e sobretudo sem se submeterem a outras. Desistirão disso. Viabilizarão o Plano e o Orçamento. Pois bem. Então, se não puderam ou não tiveram a coragem necessária para fazerem o que queriam, devem ter agora, pelo menos, a coragem de fazer o que devem: deixar o Governo trabalhar e cumprir o seu Programa, sem mais impedimentos que não sejam os direitos que vos assistem de nos fiscalizar."

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Governo e o partido que o apoia - o Partido Socialista - mantêm a sua inteira disponibilidade para dialogar e estimular consensos no âmbito parlamentar ou fora

dele, que permitam, inclusivé, o ajustamento de políticas que se compatibilizem com o Programa de Governo em vigor.

Mas nós não somos, nem aceitamos ser, o governo da oposição.

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Assim como sabemos não ter o direito de coarctar o poder corrector e fiscalizador do parlamento, não aceitamos nem executaremos medidas que conflituem ou façam perigar a execução do compromisso que anunciamos aos açorianos, quando deles recebemos a confiança para governar. Foi esta Assembleia que aprovou o Programa do Governo e este só é revogável com a demissão do Governo. Assim, é, desde logo, o parlamento, que nas suas decisões não pode deixar de se respeitar a si próprio.

Deputados Fernando Menezes e Herberto Rosa (PS) : *Muito bem!*

O Orador: Espero que a oposição tenha compreendido que podemos iniciar, de facto, uma nova fase a partir de agora, e que o seu comportamento no futuro, ao contrário do que aconteceu até hoje, ajude a credibilizar mais esta Assembleia como órgão máximo e vital da autonomia e da democracia nos Açores.

Para nós, fica claro, que a aprovação das Propostas de Plano e Orçamento por esta Assembleia, perante a dramaticidade política que lhe precedeu, constitui um verdadeiro voto de confiança na actuação futura do Governo Regional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A discussão que está a terminar revelou, pela nossa parte, o orgulho e a satisfação que tivemos em demonstrar o que fizemos. Mas deixou também muito claro o rumo que desejamos prosseguir.

Nesta segunda metade do nosso mandato assumirá, sem dúvida, especial relevância, a influência e o acompanhamento na preparação do III Quadro Comunitário de Apoio,

cuja fase mais crucial decorrerá nos próximos meses, tornando-se igualmente importante preparar a nossa participação na presidência portuguesa do primeiro semestre do ano 2000. É nesse ambiente de decisão que estarão em causa aspectos essenciais para o futuro próximo da nossa região.

Em simultâneo, é igualmente importante para os Açores, no âmbito das políticas de cooperação externa do nosso país, iniciar, com maior incidência, o estreitamento de relações políticas, económicas e culturais com outros espaços de afinidades, para além dos países ou regiões sedes da nossa emigração e das regiões ultraperiféricas europeias, designadamente com Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. O Governo empenhar-se-á nessa área solicitando o apoio e a colaboração da Assembleia Legislativa Regional. Também a melhoria da cooperação bilateral com os Estados Unidos da América, no quadro da renegociação do Acordo de Cooperação e Defesa, exigirá uma actuação conjugada do governo e do parlamento.

Prosseguiremos as acções de consolidação da economia açoriana, visando uma região produtiva e sustentada, competitiva e com maior capacidade exportadora e de acolhimento de fluxos turísticos, atractiva perante o investimento externo e mais saudável no tecido empresarial de base regional, continuando a melhorar as acessibilidades e a mobilidade.

Actuaremos no sentido de acentuar o investimento nos recursos humanos, na democratização do conhecimento e da cultura, na sociedade da informação e nas inovações tecnológicas, conferindo, entre as políticas sociais, uma prioridade na melhoria da prestação dos cuidados de saúde.

Colocaremos em execução os instrumentos jurídicos de uma política ambiental sustentada, atribuindo ao ordenamento do território e à política de uso dos solos uma dimensão centrada não apenas na protecção da natureza mas também na minimização de efeitos previsíveis de catástrofes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

São estes objectivos que pensamos poder realizar em execução dos documentos que hoje submetemos à decisão do parlamento. Assumimos a responsabilidade de os concretizar, respondendo perante a Assembleia e no termo do nosso mandato, perante

os açorianos. Saberemos sempre, com a mesma humildade, confirmar os nossos êxitos mas também reconhecer os nossos insucessos.

O Plano de Investimentos para 1999 representa o maior investimento público anual jamais realizado nos Açores, embora impreterivelmente marcado pelo investimento na reconstrução. A preços de 1998, o investimento realizado em 1996, último ano do anterior Governo, foi de 28,7 milhões de contos. Também a preços de 1998, o investimento previsto para o próximo ano é de 52 milhões de contos.

Ao contrário do alarmismo da oposição, que procurou nesse falso argumento uma última possibilidade para minimizar o nosso trabalho, a Região desfruta, e continuará a desfrutar de uma situação financeira estável e incomparavelmente melhor daquela que herdamos da gestão dos governos anteriores. Basta pensarmos que enquanto os déficits anuais do Plano a Médio Prazo do anterior Governo eram de 7,5% face ao Produto Interno Bruto da Região, os actuais situam-se nos 4%, e o déficit para 1999 será de 1,5%, ou seja, bem abaixo dos limites máximos fixados para a convergência europeia. Basta pensarmos que enquanto o anterior governo, para financiar 111,1 milhões de contos de investimento realizado entre 1993 e 1996 endividou-se em 78 milhões de contos, o actual governo, para um investimento de 180,8 milhões de contos só recorrerá a uma dívida 53,8 milhões de contos.

Presidente: Sr. Presidente do Governo, eu peço-lhe imensa desculpa de estar a interromper a sua intervenção final, mas era apenas para lhe lembrar que o seu tempo já está um pouco mais longo e tendo em conta o entendimento que nós tivemos, havia essa possibilidade, mas com uma certa moderação, porque era um acordo entre os partidos .

O Orador: Basta nos lembrarmos que a dívida da Região no final de 1996 era de 114,2 milhões de contos e a previsão da dívida no final do ano 2000 é de 76,5, estimando-se que os Açores não necessitem de recorrer ao endividamento a partir do ano 2002.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do partido que apoia o Governo acaba de apresentar um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento e ao Plano que, na sua maioria e no essencial, resultam dos decretos aprovados nesta Assembleia pela oposição, que

fizeram diminuir num caso a receita da Região e aumentar noutra a despesa. Garante-se, com a aprovação dessas propostas de alteração, o equilíbrio orçamental, sem um prejuízo irreparável para a actividade governativa, é certo, mas com um atraso iniludível na execução de alguns investimentos e na diminuição das disponibilidades para determinados apoios.

Verificaremos, com os mesmos critérios, pelo nosso lado, as consequências de eventuais propostas que possam vir a ser aprovadas pela conjugação exclusiva dos votos da oposição, neste âmbito de discussão ou no futuro, sendo certo que já explicitamos que a nossa obrigação é a de defender o Programa de Governo aprovado por esta Assembleia e o direito adquirido em eleições livres por este governo para, justamente, governar.

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estimando que o Ano novo que se aproxima traga aos Açores, pelo menos, o mesmo progresso que experimentamos neste ano findo. Desejo, sinceramente, que os dois maiores partidos da oposição se reconstituam das crises internas que actualmente os fragilizam,...

(Risos das bancadas do PSD e PP)

... e que se juntem rapidamente a nós nesta tarefa, na qual carecemos de ajuda, de melhorar a vida dos açoreanos e de prestigiar a vida dos Açores.

A todos, um bom Natal

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras e Srs. Deputados vamos fazer um intervalo e reiniciaremos os nossos trabalhos com a votação das propostas.

(Eram 11.45 horas)

Presidente: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos com a votação.

(Eram 13.05 horas)

Vou pôr à votação, na generalidade, o Plano a Médio Prazo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Plano a Médio Prazo foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP, 1 abstenção do PCP e 23 votos a favor do PS.

Presidente: Passemos agora à votação da **Proposta de Resolução sobre o "Plano da Região para 1999"**.

Vou pôr à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1999 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Passemos agora à votação na especialidade.

Temos propostas de alteração para os programas 1, 2, 5, 10 12, 13, 14, 16, 18, 24, 25, 27 e 33.

Vamos iniciar com os programas que têm alterações e depois passaremos para os programas que não sofrem alterações, se os Srs. Deputados estiverem de acordo.

Para não repetirmos as votações uma a uma, poria à votação, em bloco, o conjunto de programas que não sofrem alteração.

Então se há consentimento da Câmara, comecemos pelo programa 1, para o qual existe uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vou pôr à votação a proposta de alteração.

Está aberta a discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução face à proposta inicial do Governo, visa compensar a diminuição da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela reforma fiscal aprovada, implicando o ritmo de execução desta acção que seja inferior ao que estava inicialmente previsto.

Presidente: Não havendo mais nenhum pedido de intervenção vou pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante do programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Passemos agora ao programa 2, que também tem uma proposta de alteração.

Está à discussão a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esta proposta foram retirados 150 mil contos, no Matadouro Industrial de S. Miguel, na acção, projecto 2.1 - transformação e comercialização.

A redução desta verba face à proposta inicial do Governo Regional, visa compensar a diminuição da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada, implicando um deslizamento no lançamento da obra de cerca de 3 meses.

Presidente: Vamos passar à votação da proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Agora passaríamos ao programa 5, que sofre uma alteração proposta pelo Partido Socialista.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As alterações propostas no programa 5 - Estruturas de apoio à actividade da pesca - sofreram alterações no seu projecto 5.1, Inspeção e Gestão, dado que reduzimos a verba de 50 mil contos, respectivamente, na fiscalização, inspeção e cooperação com entidades nacionais e internacionais.

Por outro lado, no que diz respeito ao porto da Ribeira Quente, houve necessidade de reduzir 200 mil contos, que deslizarão, naturalmente para o ano 2000, na medida em que tínhamos também esta proposta já apresentada no nosso PMP.

A junção em 295 mil contos com o PMP, face à proposta inicial do Governo, visa compensar a diminuição da receita da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada.

As acções referentes ao projecto 5.1 implicarão uma diminuição, face ao previsto, dos meios e acção de fiscalização na Zona Económica Exclusiva e, no caso da acção da construção do porto da Ribeira Quente, procurar-se-á adaptar o respectivo cronograma financeiro evitando, se possível, o atraso na execução da obra.

É proposto ainda um pequeno aumento para os portos de Santa Maria para adequar o esforço financeiro do Governo à participação do IC Pescas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de saber, respeitando os critérios - claro que o Governo é que sabe quem é que está penalizando - e uam vez que acho estranho, por que é que estão a penalizar

muitos empreendimentos da Ilha de S. Miguel. Penalizaram o porto da Ribeira Quente. Porque razão penalizaram o porto e Ribeira Quente, qual foi essa opção? Qual foi a base técnica dessa opção?

Eu pergunto, em relação a esse porto, o que é que o Governo tinha inicialmente previsto antes de fazer a redução correspondente aos 10% do imposto do IRS?

Os primeiros 10% o Governo estava disposto a reduzir. Quanto é que o Governo reduziu no Porto da Ribeira Quente correspondente aos primeiros 10%? Qual a parte que reduz relativamente a esses 5%?

Eu acho que toda a gente percebeu, aliás isso já vem da intervenção final do Sr. Presidente do Governo, com a matéria solene e com essa seriedade que trouxe, qual o método. Enfim, acho que agora começamos a perceber qual o rigor, qual a seriedade, que os Md colocam nessa matéria. Acho que os Md têm que começar aqui a ter uma postura que se perceba melhor. Dessa forma os Md não convencem ninguém.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar ao programa 10, para o qual também temos uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Está aberta a discussão.

Para a apresentar tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste programa há uma redução de 5.000 contos na acção - Acções e dinamização comercial, no projecto 10.1 - Dinamização do Comércio.

A redução desta dotação na proposta inicial do Governo Regional visa compensar a diminuição da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em tantas dezenas, tantas centenas de acções, gostava que o Partido Socialista fundamentasse, por que é que faz exactamente a redução nessa acção.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração para o programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr o restante do programa 10 à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 10 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Passemos agora ao programa 12, para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste programa 12 - Sistema Rodoviário Regional - o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma alteração onde faz uma redução da estrada regional de Ponta Delgada/ Ribeira Grande, no valor de 100 mil contos.

Faz um reforço de 10 mil contos para pavimentação de diversos troços em estradas regionais na Ilha Graciosa e faz um dedução de 35 mil contos na conservação corrente de estradas.

Entende-se importante reforçar a dotação com vista às acções em estradas regionais na Ilha Graciosa.

A redução da dotação na conservação corrente da verba, não desagregada, destina-se a compensar o reforço destinado à obra da secção destacada dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, nos Altares.

A redução de 100 mil contos na dotação prevista na proposta inicial do Governo, para a regularização da estrada Ponta Delgada/ Ribeira Grande, visa compensar a diminuição da receita do orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada, implicando que a obra só tenha início no segundo semestre de 1999.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo tem consciência dos danos que pode causar às populações utentes da estrada regional de Ponta Delgada/ Ribeira Grande, ao fazer essa redução nesse importante projecto regional?

Beneficiar a Graciosa, é positivo, mas beneficiar a Graciosa em prejuízo dessa estrada regional que está em andamento...

Por que não fazem essa redução noutras estradas que estão naturalmente atrasadas pela ineficiência do Governo e que nalguns casos se prevê que, efectivamente, não vão avançar no próximo ano, pela incapacidade do Governo Regional?

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração para o programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante do programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 12 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Passemos agora ao programa 13, para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste programa há uma redução de 20.000 contos na acção - Pavilhão dos Açores na Expo 98 e no projecto desse ponto 1 - Edifícios Públicos.

A redução na dotação face à proposta inicial do Governo Regional, visa compensar o aumento da despesa pública gerado pela aprovação no Parlamento do Decreto Legislativo Regional respeitante ao apoio às actividades desportivas, implicando uma execução desta acção repartida por 99 e 2000.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular não compreende essa atitude do Governo Regional, no sentido de reduzir essa verba que está prevista para o pavilhão dos Açores na Expo 98 e julgo que não é para pagar dívidas da participação no passado, é para penalizar a Ilha do Faial e a cidade da Horta.

Por que é que essa penalização, que o Partido Socialista faz, é feita relativamente à cidade da Horta e a esse projecto, que é um projecto interessante e importante, e por exemplo, porque é que não cortaram os 100 mil contos que estavam destinados à Secretaria de Obras Públicas, em S. Miguel, que não foi justificado, ninguém compreende qual a urgência de um projecto destes?

Não se compreende essa atitude do Governo Regional prejudicando o desporto nos Açores, equipas que estão nos nacionais, nomeadamente o Santa Clara, que tão boa prestação tem feito, e as restantes equipas, em outro tipo de desporto que não o futebol.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não quero deixar de aqui registar a nossa estranheza por se retirar 20.000 contos a uma obra concreta, quando no não desagregado este mesmo programa tem 280.000 contos.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante do programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 13 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 14 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para o Programa 14 - Consolidação e Protagonização dos Transportes Marítimos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma redução de 300 mil contos no porto da Horta, ficando com 700 mil; um aumento de 30.000 contos para o porto de S. Roque do Pico, passando a ficar com 50 000 e um aumento de 20 000 contos para o porto da Calheta, na Ilha de S. Jorge.

Mais de 80% da redução da dotação prevista na proposta inicial do Governo para o porto da Horta, visa compensar a diminuição da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada, implicando um atraso na execução da obra.

São reforçados em 30.000 e 20.000 os portos de S. Jorge e Calheta, no primeiro caso para a maior realização em 99 das obras previstas que requerem urgência e no segundo caso para o pagamento integral do projecto.

Presidente: Está à discussão esta proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular acha que isto traduz uma grande inversão naquilo que o Governo tinha proposto e comprometido. Reforça verbas relacionadas

com o porto de S. Roque e da Calheta, que não tinha contemplado e, de facto, faz aqui uma redução drástica, uma redução impensável, relativamente ao porto da Horta. Há-de assumir as responsabilidades políticas que aqui acaba de propor.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 14 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 14 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 16 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No programa 16 e no projecto 16.3 há uma redução de 20 mil contos na acção "Apoios a Electrificações".

A redução em 20 mil contos na dotação face à proposta inicial do Governo Regional visa compensar a diminuição de receita do Orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada, implicando uma diminuição dos apoios que se estimavam atribuir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os Srs. têm alguma ideia do que é que isso significa face aos apoios às electrificações? Tem alguma ideia do que é que estão fazendo?

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 16 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 16 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 18 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração. Para apresentá-la tem a palavra Deputado Francisco Sousa:

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A redução de 80.000 contos na dotação prevista na proposta inicial do Governo para a Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo e Ensino Artístico em Ponta Delgada, visa compensar o aumento da despesa pública gerado pela aprovação no Parlamento do Decreto Legislativo Regional, respeitante ao apoio às actividades desportivas e implicando que em 1999 apenas se conclua o respectivo projecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de estranhar esta proposta de alteração, que visa retirar 80.000 contos a uma acção concreta da construção da escola EB2-3 do artístico de Ponta Delgada, quando no mesmo programa se encontram inscritos na verba não desagregada 238.000 contos.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 18 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 18 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 24 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Neste programa há um acréscimo de verba para a protecção civil no valor de 35.000 contos, na acção - Instalação da Secção destacada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, nos Altares.

A Secção destacada da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, nos Altares, tem grandes carências ao nível das instalações que se tem vindo a agravar, pelo que se justifica iniciar a sua remodelação em 99, portanto no próximo ano.

Esta verba como também já foi visto aqui nesta Câmara é devida ao projecto 12.2 - Acção e Conservação Corrente do Sistema Rodoviário Regional, não constituindo assim um aumento de despesa pública, face à proposta inicial do Governo Regional.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 24 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 24.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 24 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 25 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma redução no programa 25 - Qualidade Ambiental, no seu projecto, Ordenamento do Território, no montante de 52.500 contos no que toca à protecção da orla costeira das Lajes do Pico. Essa redução visa, em relação à proposta inicial do Governo, compensar a diminuição da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela Reforma Fiscal aprovada.

Serão efectuadas obras de desaçoramento no porto das Lajes, consideradas indispensáveis face às conclusões do estudo de impacto ambiental que ainda está em curso. A obra será executada no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de estranhar a anulação proposta numa acção concreta para a protecção da orla costeira das Lajes do Pico, quando no mesmo programa está inscrita a dotação de 177.550 contos na verba não desagregada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Além do que já acabou de ser dito e que denuncia a má fé, a forma pouco ética, o desrespeito do Governo do Partido Socialista para com esta Assembleia, para com o povo dos Açores, eu talvez tranquilizaria um pouco os portistas do Faial, pois não será por essa chantagem do PS e do Governo Regional, em retirar 20.000 contos, que não se irá fazer nada.

Os senhores vejam quantos milhares de contos tinham em 1998 e quantos havia em 1997.

Quando tinham dinheiro nunca fizeram nada, agora sem dinheiro se calhar vão fazer alguma coisa!

(Risos da bancada do PSD).

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 25 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 25 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 27 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No programa 27 - Desenvolvimento Desportivo, são alterados dois projectos, o 27.1 e o 27.2.

No projecto 27.1 - Instalações desportivas - há uma redução no parque desportivo do Faial de menos 80.000 contos. Há ainda uma redução de menos 40.000 contos no Apoio à Construção e Beneficiação de Recintos Desportivos não Oficiais, o que perfaz uma redução de 120.000 contos, no projecto 27.1.

No projecto 27.2 insere-se duas acções novas: uma é o apoio a clubes pela utilização de atletas formados na Região e que tem uma verba de 97.119 contos; outra é o Apoio a Realização de Competições Regionais Série Açores e que tem uma verba de 152.856 contos, que é uma verba a adicionar.

Há ainda o aumento de uma outra acção já existente que é a acção Apoio a Clubes por Classificações obtidas em Provas Nacionais e que tem um aumento de 87.327 contos o que faz com que o projecto 27.2 - Actividades Desportivas, tenha um aumento de 337.302 contos.

Sendo assim o programa 27 - Desenvolvimento Desportivo, com estas duas alterações nos projectos 27.1 e 27.2 vai ter um aumento de verba na ordem dos 217.302 contos.

As reduções no projecto 27.1, face à proposta inicial do Governo Regional visam compensar o aumento na despesa pública gerada pela aprovação no Parlamento do Decreto Legislativo Regional respeitante ao apoio às actividades desportivas, implicando, no caso do parque desportivo do Faial, que no ano de 1999, apenas se procederá ao pagamento do projecto e lançamento do concurso e no caso dos apoios aos recintos desportivos não oficiais será unicamente contemplado o parque desportivo da Madalena.

As duas novas acções e o aumento da dotação no projecto 27.2, resultam da aplicação do Decreto Legislativo Regional aprovado no Parlamento e que agravou em mais de 237 mil contos a proposta inicial do Governo da forma que a seguir se descreve:

- A actividade competitiva, de âmbito regional - artigo 5º. deste diploma - mais 39.715 contos;
- A actividade competitiva, de âmbito nacional - artigo 6º. deste diploma - mais 56.754 contos;
- Prémios de classificação e de subida - artigos 10º e 11º.- mais 35.746 contos;
- O apoio à utilização de atletas formados na Região - artigo 13º. - são mais 70.000 contos;
- O regime transitório - artigo 35º. - são mais 135.087 contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de estranhar esta diminuição de 80.000 contos no parque desportivo do Faial, quando no mesmo programa na verba não desagregada, ainda tem 420 mil contos.

Para além disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, eu não posso deixar de registar que ainda ontem, numa das últimas intervenções proferidas nesta Casa por um Sr. Deputado do Partido Socialista, eleito pelo círculo do Faial, Guilherme Pinto, tenha feito especificamente referência a esta obra como um exemplo de uma das obras dos projectos importantes para o Faial, que avançaria no ano de 1999.

Não posso também deixar de fazer referência que o próprio Sr. Deputado Herberto Rosa, na sua intervenção que fez sobre o desporto, também se pronunciou positivamente, elogiando a atitude do Governo por o parque desportivo da Horta estar dotado para avançar neste ano de 1999.

É caso para dizer que não percebemos...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não é preciso perceber!

O Orador: ...como é que Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista, nas suas intervenções, dão bons exemplos das dotações inscritas e depois aparecem aqui alterações que visam, justamente, retirar verbas a esses projectos que são considerados por esses Srs. Deputados, durante o debate, como importantes e fundamentais.

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um pequeno aditamento à intervenção do meu colega Deputado Eugénio Leal.

As coisas quando não são feitas com a devida convicção e suficiente cautela e prudência, depois têm as suas contradições. É que, curiosamente, este projecto do parque desportivo do Faial, está contratado juntamente com o projecto da Escola Secundária da Horta, que os Srs. se esqueceram atrás de reduzir a verba pela qual também pode ser paga.

Deputado Francisco Sousa (PS): Nós não nos esquecemos de nada!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: A não ser que voltem atrás... Não haverá problemas de pagamento porque a dama está a acautelar.

Srs. Deputados pelo menos para a próxima vez procurem conferir estas coisas, porque de contrário resultam estas contradições.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 27 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 27 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à discussão o programa 33 para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem uma proposta de alteração.

Para apresentá-la tem a palavra Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao programa 33 - Calamidades - são apresentadas algumas alterações que passo a especificar.

No caso concreto do 33.3 - Calamidades, Reabilitação de Estradas Regionais, é deduzida a verba de 70.000 contos, no caso da reabilitação de estradas do concelho da Povoação.

No 33.8 - Calamidades-Sismo é retirada a verba de 50.000 contos na recuperação de edifícios escolares das Ilhas do Pico e Faial.

No caso da recuperação dos estabelecimentos comerciais e industriais é retirada a verba de 50.000 contos.

Na reconstrução de estradas do Faial 250.000 e na reconstrução de estradas do Pico 150.000.

A redução do valor global face à proposta inicial do Governo visa compensar a redução da receita do Orçamento da Região, ocasionada pela aprovação no Parlamento da Reforma Fiscal.

No caso da reabilitação de estradas regionais na Povoação não será executada em 1999, a ponte das Amoreiras, ao contrário do que estimava o Governo.

No projecto referente à recuperação de estabelecimentos escolares das Ilhas do Faial e Pico, para além de uma redução de 50.000 contos, é efectuada uma redistribuição espacial, atribuindo-se 20.000 contos para obras no Pico e 380.000 contos no Faial, salientando-se a construção das novas escolas de Espalhafatos e Ribeira Funda.

Estas duas reduções no montante de 120.000 contos, previstas na proposta inicial do Governo, visam compensar o aumento da despesa pública ocasionada pela aprovação no Parlamento do Decreto Legislativo Regional respeitante ao Apoio às Actividades Desportivas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de estranhar a anulação proposta em acções específicas, nomeadamente, na reconstrução das estradas do Faial e do Pico, estradas estas que foram danificadas pelo sismo, sismo este que tem sido uma das razões do reforço das verbas da solidariedade nacional, quando inclusivamente no próprio programa tem no não desagregado 1.317.000 contos.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Afinal as verbas vêm!

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao programa 33 .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em relação à proposta que acabámos de votar, nós votámos favoravelmente porque consideramos que houve um reajustamento de verbas neste programa e fundamentalmente sempre demos grande importância à habitação e nessa matéria não houve nada alterado. Estamos na última votação das propostas de alteração que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, em função da necessidade, que todos tínhamos consciência que tinham de ser feitas, de reduções de verbas, no entanto também houve alguns ajustamentos em relação a essas verbas.

Nós consideramos que essas foram as opções do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo Regional, respeitamos essas opções e entendemos que deveríamos contribuir com o nosso voto para que essas opções fossem de encontro ao desejo do Governo Regional. Mais uma vez reafirmo, que sempre considerámos que teria que haver um reajustamento de verbas, daí o nosso voto favorável em relação a todas estas propostas de alteração.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante texto do programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O programa 33 foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar então aos programas que não sofreram qualquer proposta de alteração, ou seja, o programa 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 29, 30, 31 e 32.

Se estiverem de acordo ponho à votação todos estes programas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista porque razão no programa nº. 17 - Desenvolvimento da actividade Científica e Tecnológica - que tem 545 mil contos, não encontrou nada que pudesse ser objecto de alguma redução.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação todos estes programas que referi.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: Os programas anunciados foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vamos passar agora à votação final global do Plano para 1999.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1999, foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

(Aplausos das bancada do PS e Governo).

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dentro do nosso contributo na votação deste Plano para o próximo ano, votando favoravelmente na esperança que este Governo possa executar em toda a sua plenitude o Plano que agora esta Assembleia acaba de aprovar, fazemos votos que, efectivamente, durante o ano de 1999, todos estes programas, todas estas verbas e todas estas acções sejam efectivamente levadas a cabo.

Fazemos votos que este Plano seja executado na sua plena totalidade não só financeiramente, mas sobretudo no seu aspecto material.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Acabamos de viabilizar com a nossa abstenção o Plano para 1999 que o Governo Regional dos Açores, sugere como estratégia de desenvolvimento para os Açores.

O Partido Socialista, naturalmente, em consonância com o Governo Regional dos Açores, apresentou-nos alterações ao Plano resultantes da boa medida que o PSD e PP aprovaram e, segundo a qual, os açorianos passarão a pagar menos impostos.

Mas tanto o PS como o Governo parece que continuam a não concordar que os açorianos paguem menos impostos, tal como proposto aqui e aprovado pelo Parlamento.

O Sr. Presidente do Governo disse na sua intervenção final, que mais parecia uma candidatura a líder do partido único dos Açores, que a oposição estava condenada a respeitar o Governo porque o Plano do Governo tinha sido aprovado no Parlamento.

E nós dizemos: assim como respeitamos o programa do Governo - e por isso mesmo o Plano é do Governo tal como o Governo queria - também o Governo tem de respeitar todas as iniciativas legislativas que a este Parlamento o PP, o PSD e todos os outros quiserem fazer.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É medida certa para os dois lados: nós respeitamos a investidura parlamentar do Governo, mas o Governo não pode remeter a oposição apenas por uma atitude fiscalizadora. Isso seria o partido único...

Deputado António Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ...isso corresponde à campanha de descredibilização do Parlamento, isso correspondente à secundarização dos partidos da oposição ao Governo, da sociedade civil à máquina administrativa, e este Governo continua hoje, mesmo quando o Parlamento lhe dá um Plano para que não tenha desculpas, a atacar numa campanha que não tem qualquer justificação democrática e que não respeita os resultados eleitorais, atacando de forma agressiva e arrogante o parlamento e os partidos da oposição.

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tivessem dito tudo isso no decurso do debate e tínhamos esclarecido. Mas não.

O líder do Partido Socialista do Grupo Parlamentar, e líder do PS, e o Presidente do Governo, guardaram-se cobardemente para o final. O ataque de quem não quer, não sabe e tem medo de discutir os assuntos quando os debates estão aqui a ser feitos.

Guardaram as propostas de alteração...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... para o fim, porque não tem qualquer justificação para elas. Apesar de não ter a desculpa de não ter um Plano este Governo já está, outra vez, como sempre a procurar desculpas com propostas de alteração sem critério, mas que têm objectivo. O PS e o Governo querem prejudicar, penalizar os açorianos só porque os açorianos pagam menos impostos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD)

O Orador: É este Governo que diz que está nesta Assembleia a seguir uma estratégia apenas a pensar no povo. Cada vez mais o Governo do PS é o Partido Socialista. Cada vez mais o Grupo Parlamentar esvazia-se nas propostas, nas sugestões do Governo. Essa é a realidade.

Nós estamos no caminho da estabilidade. Nós demonstramos com este Plano e Orçamento que por nós não há instabilidade nos Açores, mas o Governo, no exacto minuto em que tem, por parte da oposição, a confirmação de uma estratégia que respeita também os resultados eleitorais, a alegada argumentação discursiva para ganhar desculpas, segundo as quais, determinado projecto não se realiza em três meses, nós cá estaremos para saber que desculpa vão dar, quando ele se atrasar em seis meses ou num ano. Que determinada iniciativa não se vai realizar porque o PSD fez uma redução de impostos ou aceitou e aprovou uma proposta para apoio às actividades desportivos.

Este Governo em vez de reduzir, como podia reduzir, não fez isso. Quis penalizar obras, penalizar ilhas, num critério que demonstra - depois dos discursos

aparentemente institucionais - que é um Governo de combate partidário, de constante e mero combate partidário. De constante, insistente e persistente campanha política.

Um Governo que não reduz um escudo na máquina que tem, que custa tanto dinheiro aos açorianos, para fazer a sua propaganda, mas que reduz em obras necessárias para os Açores.

Não fomos nós que ditámos as regras para os senhores adaptaram o Orçamento às disponibilidades financeiras, mas somos nós que temos que respeitar a investidura parlamentar do Governo.

Que fique bem claro! Agora no fim e só no fim é que o PS revelou a sua verdadeira estratégia. A estratégia das desculpas. Incomodado por não ter desculpas, procura constantemente encontrar desculpas, num discurso de partido único como se só existisse o PS e o Governo, como se a Assembleia não interessasse, mas todos nós já sabemos que há muito o Governo gostava de governar sem Parlamento, mesmo sem maioria absoluta; que há muito que o Governo gostava que a oposição não legislasse e se remetesse para uma vertente fiscalizadora; que há muito o Governo apenas pretende da oposição meras correcções, como por exemplo as correcções integrais que fizemos ao diploma que apresentou para a reconstrução.

Não, Srs. Deputados do PS!

Não, Srs. Membros do Governo!

Nós vamos corrigir sim, como pedem os senhores, e isto vai dar muito trabalho porque os erros são permanentes e constantes. Mas vamos também actuar porque temos povo atrás de nós, um povo que votou em nós, não para sermos aqui subvertidos como podia agora chamar-se a sigla do PS, o partido da subversão, ao que eu acrescentaria a subversão democrática que não passa, que não passará até porque os resultados eleitorais disseram ao PSD e aos outros partidos da oposição que não estamos aqui para ir atrás do Governo, nem para nos reduzirmos a democracia ao partido único, ao qual assistimos o lançamento da candidatura há bem pouco tempo, num discurso institucional e agressivo que não tinha qualquer justificação.

Quando agora há estabilidade e condições para trabalhar, o PS faz o discurso da agressividade. É a arrogância mesmo quando nada justifica a insistência no discurso da desculpa.

É, de facto, a confirmação de que o Governo vai ter o Plano, porque precisa e os açorianos precisam de estabilidade, porque este Governo não merecia um Plano e muito menos os Açores mereciam o plano que este Governo aqui apresentou.

Que fique claro. O PSD não gosta deste Plano para 1999, o PSD não subscreve a estratégia de desenvolvimento do Partido Socialista para 1999, o PSD respeita o Povo, porque a instabilidade não servia o Povo e o Partido Socialista demonstrou, agora mesmo, que era preferível viver no meio dos meandros de uma crise política do que viver em paz democrática.

É mais uma página que se virou. Hoje a oposição é responsável e o PS e o Governo são arrogantes e agressivos . Que dirá o Povo no futuro desta nova postura, desta persistência do partido socialista.

Esperemos até o ano 2000 e vamos ver quem é que tem razão.

O partido único tem candidato a líder, mas nunca irá chegar a formalizar-se.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Não havendo mais nenhum pedido de intervenção passemos então agora à **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Orçamento para 1999"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Vou pôr à votação a proposta de Orçamento para 1999.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Orçamento foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Podíamos seguir a mesma metodologia, ou seja, discutiríamos primeiro as propostas de alteração, depois as propostas com o texto original e depois os aditamentos.

O primeiro artigo para o qual há proposta de alteração é o artigo 4º..

Para apresentar a proposta de alteração tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta alteração na alínea b) do artigo 4º. é apenas para dar coerência à autorização dada pela Assembleia da República ao montante de endividamento para a Região Autónoma dos Açores, onde estava 15,4 milhões de contos, passa a estar 5 milhões de contos.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração ao artigo 4º .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante corpo do artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º. foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: O outro artigo para o qual há uma proposta de alteração, é o artigo 11.º.

Para apresentar a proposta de alteração tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que apresentamos ao artigo 11.º, tem a ver com a proposta de aditamento que também apresentámos entre o artigo 10.º e 11.º.

A proposta de alteração que nós denominámos 10-A é uma proposta que visa a possibilidade de haver uma cobertura orçamental para superar as questões da insularidade. Temos aqui afirmado durante estes debates que era necessário encontrar uma solução para aqueles que têm rendimentos mais baixos e os quais o sistema fiscal não contemplou, uns por não receberem qualquer compensação pela redução do sistema fiscal e outros cuja redução praticamente não tem significado. Temos como

exemplo os funcionários públicos que auferem rendimentos baixos e que têm descontos da ordem dos 500, 600 ou 700\$00.

Entendemos que deverá haver um artigo orçamental que permita ao Governo Regional propôr a esta Assembleia, a resolução da situação dessas pessoas. No nosso entender, estas não devem continuar a sofrer com os custos relativos à insularidade e ainda porque não foram compensadas com a adaptação do sistema fiscal

Por isso mesmo entendemos acrescentar o artigo 10-A, mas para que o mesmo tenha efeito e para que o Governo possa ter a sua capacidade propositora que nós consignámos e para que esta Assembleia possa ter a capacidade de aprovar a proposta que o Governo queira apresentar, era fundamental, em nosso entender, que viesse no decreto orçamental a possibilidade da aplicação daquilo que propomos para o artigo 10-A.

Daí a nossa proposta de alteração ao artigo aditando-lhe que para além dos aspectos cometidos no corpo do artigo também poderá haver aumento da despesa resultante, ou modificação da despesa resultante da aplicação do 10-A.

Em relação ao 11.º e em relação à nossa proposta de alteração ela é específica em relação à possível legislação que possa ser proposta pelo Governo para ser apresentada nesta Assembleia, pois é uma aspiração de muitos trabalhadores desta Região.

Presidente: Não havendo mais intervenções vou pôr à votação a proposta de alteração do artigo 11.º, n.º 1.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação o restante corpo do artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11.º foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Agora, poderíamos passar à proposta de aditamento. A primeira é o artigo 10.º- A.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS constatando que esta proposta de aditamento apresentada pelo PCP, no seu conteúdo e objectivos, corresponde a uma proposta também apresentada por este Grupo Parlamentar, irá votar favoravelmente a apresentada e informa desde já a Mesa de que fica sem efeito, retira a nossa proposta de aditamento, em virtude dos mesmos objectivos e conteúdo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando há pouco, no artigo anterior tivemos a analisar a proposta de alteração, referi o nosso objectivo com este artigo 10-A, nós entendemos que é fundamental continuar a pensar e implementar durante 1999, compensações para aqueles que com a reforma fiscal não beneficiam absolutamente nada ou beneficiam de uma verba tão insignificante que praticamente e, em termos económicos e financeiro, esse pequeno benefício nada significa. Por isso mesmo, pensamos que com a introdução deste artigo 10-A é possível, por proposta do Governo, legislar-se no sentido de que essas pessoas possam efectivamente, viver na Região em igualdade de circunstâncias.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma matéria relativamente à qual o PP também tem vindo a exigir, reivindicando uma solução que abranja efectivamente todos aqueles que não podem ser contemplados pela redução de impostos, aqui aprovada pelo Partido Social Democrata, Partido Popular, sob proposta destes e também na altura com os votos do PCP.

Foi pena que durante a votação ou mesmo durante o debate, o Governo, neste caso o Partido Socialista, nada contemplou sobre essa matéria em sede de orçamento, como se aguardava.

O Partido Socialista, infelizmente, como já aqui vimos só apresentou as suas propostas após o terminus do debate e, portanto, a nossa postura é de expectativa, de satisfação e de exigência no sentido de que 99, de facto, e quanto antes melhor, venha a resolver esta situação para a qual o Governo diz já ter um estudo feito.

Disse aqui há um mês ou dois que já tinha uma quantificação do impacto orçamental dessa medida e posteriormente acaba por não apresentar nada.

Portanto, o Partido Socialista prescinde da sua proposta, vai apoiar a proposta apresentada pelo PCP.

Nós ficamos satisfeitos pelo facto de ficar aqui inscrito esse compromisso e vamos adoptar o princípio que temos tido até agora de nos abster revelando aqui a nossa expectativa de que no início de 99, possamos ter aqui uma proposta coerente que dê resolução a esses problemas, porque se o Governo não apresentar há-de haver quem a apresente.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Também o Partido Social Democrata, quer pela altura da discussão e aprovação da adaptação fiscal, quer nas nossas intervenções durante a discussão destes documentos do Plano e do Orçamento, fez várias vezes menção de que o Governo deveria tomar a iniciativa de durante o ano de 1999 compensar os agregados familiares que por força dos seus menores rendimentos não foram abrangidos pela adaptação, ou seja, pela redução da carga fiscal.

Portanto, nesse sentido, o Partido Social Democrata ficou atento às propostas que poderiam vir do Governo nesta matéria, considerando que deve ser o Governo a comprometer-se com isto, uma vez que tem diversos estudos já realizados, isto tem diversas implicações ao nível da receita orçamental e também ao nível dos custos das empresas.

Portanto, há aqui uma série de implicações que no nosso entender tem de ser o Governo a tomar a iniciativa e a propor as medidas e a negociá-las eventualmente com Caixas Gerais de Aposentações, com outras instituições que sejam chamadas ao assunto para poder compensar os trabalhadores.

Nesta matéria vamos também, de acordo com todo o processo que tem vindo aqui a ser desenvolvido nesta Assembleia, nesta votação, abstermo-nos nesta proposta e deixar ao Governo a conclusão deste processo.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de aditamento do artigo 10.º - A .

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento ao artigo 10.º-A, foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Agora iria pôr simultaneamente à discussão o artigo 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 12.º e 13.º.

Presidente: Não havendo intervenções vou pôr à votação os artigos que atrás referi.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Agora, passaríamos então aos anexos, aos mapas que têm propostas, portanto mapa 1, 2, 3, 4, e 5.

Vou pôr à discussão as propostas de alteração.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar as alterações que foram feitas nos mapas.

No mapa I foi reduzida a verba no IRS, no valor de 1.395.198. Esta alteração deriva do facto da aprovação nesta Assembleia da redução fiscal, no valor de 1.757.500 e também do aumento da despesa pública derivada aos Decretos Legislativos Regionais dos apoios a actividades desportivas no valor de 387.302 contos.

Há também uma alteração no capítulo IX, no que respeita às transferências do Orçamento do Estado que, como o Sr. Secretário anunciou, foi conseguido um aumento de 5 milhões de contos derivados de transferências extraordinárias para as calamidades.

É também aumentado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no capítulo 9, grupo 7, que também o Sr. Secretário na sua intervenção inicial referiu e também derivado da aprovação aqui do orçamento rectificativo. Estes fundos estavam atrasados e portanto virão no próximo ano.

É ainda feita uma alteração no endividamento, no capítulo XI, passivos financeiros, dado que o endividamento já não é de 15.410 milhões de contos, mas sim só de 5 milhões de contos.

Os restantes mapas, eu abstinha-me de dizer quais são as alterações, porque derivam da aprovação já do Plano, Plano esse que está no mapa V e que depois nos outros mapas, quer na classificação profissional das despesas públicas, quer nas despesas por agrupamentos económicos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Augusto Elavai, trouxe-nos grandes novidades e algumas devem ser salientadas.

Eu não sei se as contas foram feitas por Vossas Excelências, se por técnicos do Governo Regional, durante estes três dias onde se concentraram na Horta para tentar remendar o que não parecia remendável.

Seja como for, a primeira notícia que temos a salientar aqui, é que os açorianos, graças às iniciativas do PP e do PSD, vão ter o benefício de quatro milhões de contos. Isto, porque segundo o que aqui refere, e gostaria que tivesse confirmado, eram os benefícios da redução do IRS, no próximo ano, que são da ordem dos quatro milhões de contos, o que de facto não traduz aquela insignificância, aquele simbolismo que Vs. Ex^{as}. durante muito tempo, enquanto não puderam disfarçar a sua verdadeira intenção, tentaram minimizar o impacto das propostas.

Agora que é preciso quantificar, já põem as propostas de maneira que, quatro milhões de contos vão ficar disponíveis para os açorianos no ano de 1999 - graças ao PP e PSD - e acha que é uma grande notícia que aqui traz.

A outra grande notícia que aqui traz é de que esse Governo Regional já conseguiu cinco milhões de contos. Ninguém viu, não há documento, não está no Orçamento do Estado, não há nenhum ofício, não há nenhuma folha de papel. Devem ser os tais telefonemas entre o sindicato socialista que resolvem essas coisas. Seria bom que não se repetissem cenas destas. Isto não é o Minhocas Futebol Clube.

Deputado Herberto Rosa (PS): Com o devido respeito!

O Orador: Estamos na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os documentos devem ter...

(Apartes inaudíveis do Deputado Herberto Rosa)

O Orador: Eu peço desculpa se fui atingir a dignidade desportiva, do meu amigo mas também há um Minhocas Futebol Clube na minha terra, o senhor não conhece. Isto tudo foi para dizer que é uma pena que o Orçamento da Região Autónoma dos Açores saia daqui, com cinco milhões de contos, em tipo de papel de mercearia. É pena porque essa solução foi de merceeiro e nem sempre as soluções de merceeiro são as correctas.

Oxalá que o Sr. Primeiro Ministro no primeiro voo, no voo inaugural da Sata Lisboa/Ponta Delgada, chegue aos Açores com esse anúncio.

Acho que está devidamente denunciado o tipo de política e o tipo de soluções que o Partido Socialista aqui apresenta.

Presidente: Não havendo intervenções vou pôr à votação os mapas já com as alterações incluídas.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: Os mapas foram aprovados com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

Presidente: Vou pôr agora à votação final global a Proposta de Orçamento.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 23 abstenções do PSD e 3 abstenções do PP.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tem, neste momento, o Governo Regional os instrumentos necessários para durante ao ano de 1999, poder governar esta Região, cumprindo o orçamento que acabámos de aprovar.

Também, e de acordo com aquilo que foi aprovado, cumpre ao Governo Regional apresentar, em tempo útil, nesta Assembleia, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, no sentido de se resolver, de forma equilibrada, a questão da compensação dos custos da insularidade para aqueles que, com maior humildade, vivem nesta Região.

Ficamos a aguardar, com a esperança de que seja o mais cedo possível, de maneira que se possa aplicar durante o ano de 1999, que o Governo Regional apresente essa proposta a esta Assembleia.

Presidente: Os documentos que aprovámos baixam todos à Comissão de Economia, Finanças e Plano para a redacção final.

Ainda antes de terminarmos os nossos trabalhos queria propor a seguinte Proposta de Resolução ao Plenário:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Dezembro."

Os Srs. Deputados que concordam mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado a todos, um bom Natal, um bom ano e até ao próximo dia 26 de Janeiro, que é a nossa próxima reunião Plenária.

(Eram 14, 25 horas)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Manuel Herberto da Rosa

Deputados que faltaram à sessão

Partido Socialista (PS)

Maria de Fátima Rocha Furtado Moniz Sousa

A Redactora Principal: Maria da Conceição Fraga Branco